

Gerardo Magela



Kátia e Serys buscam transparência na LDO

Em Plenário, Kátia Abreu alertou para risco de superfaturamento em obras com mudança feita pelo governo no texto do projeto da LDO. Relatora da proposta, Serys Slhessarenko informou ter adotado as providências necessárias. **7**

KÁTIA ABREU

SERYS SLHESARENKO



Gerardo Magela

Simon quer excluir candidato com ficha suja

Pedro Simon defendeu a aprovação de seu projeto que dá prioridade a processos contra candidatos a cargos eletivos como forma de eleger apenas políticos que tenham ficha limpa. Para ele, ao contrário do que quer a sociedade, o Congresso não toma a iniciativa de regulamentar o assunto e, por isso, corre o risco de levar “bofetada do Judiciário”. **6**



Para Simon, basta Legislativo ampliar casos de inelegibilidade

Gerardo Magela

Garibaldi: CSS depende de coesão da base governista

Presidente do Senado aponta dificuldades para se aprovar contribuição e defende proposta alternativa, com maior taxação de supérfluos, para financiar a saúde

Se a votação ocorresse agora, seria difícil, mas não impossível, aprovar no Senado a Contribuição Social para a Saúde. Essa afirmação foi feita por Garibaldi Alves, que não se arriscou a prever se a matéria será decidida antes ou

depois das eleições. “O governo precisa ter sua base compacta e pronta para votar, porque a oposição, em matéria de CSS, acho que não está para acordo não”, advertiu o presidente do Senado. Garibaldi voltou a defender uma alternativa que

prejudique menos o contribuinte. Informou que deverá ficar pronto até quinta-feira o estudo que pediu à Consultoria Legislativa sobre a viabilidade de aumentar a taxação de supérfluos, como cigarros, bebidas e carros de luxo. **3**

“A idéia não é derrubar a CSS, mas criar uma alternativa, se isso se constituir numa alternativa”, afirma Garibaldi



Paulo Lima

Precatórios podem ser votados hoje pela CCJ

Proposta de Valdir Raupp para liquidação de dívidas de governos municipais, estaduais e federais recebe críticas da OAB e apoio de prefeitos e governadores. **4 e 5**

Comissão ouve Teixeira e compradores da Varig

A Comissão de Infra-Estrutura ouvirá amanhã o advogado Roberto Teixeira e os três sócios brasileiros do fundo Matlin Patterson, que arrematou a Varig. **4 e 5**

Plenário terá que votar três medidas provisórias

Só depois do exame de projetos de conversão de medidas provisórias senadores deverão deliberar sobre outros assuntos da ordem do dia. **5**

Reprodução

Em 18 de junho de 1908, o navio *Kasato Maru* chega ao porto de Santos (SP) trazendo os primeiros 781 imigrantes japoneses ao Brasil



Príncipe herdeiro do Japão visita o Senado amanhã

Amanhã – no dia em que Brasil e Japão celebram o centenário da chegada dos primeiros 781 imigrantes japoneses ao solo brasileiro –, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, recebe o príncipe herdeiro japonês Naruhito. O total de descendentes de japoneses vivendo no Brasil ultrapassa 1,5 milhão de habitantes. **3**

Suplicy propõe criação de um cadastro nacional dos nomes de inadimplentes com pensão alimentícia

Devedores de alimentos poderão ser cadastrados

PROJETO DE LEI prevendo a criação do Cadastro de Proteção ao Credor de Alimentos (CPCA) foi apresentado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Pela proposta, será inscrito no cadastro o nome dos devedores de alimentos judiciais em atraso com suas obrigações, a partir de três prestações atrasadas, sucessivas ou não, estabelecidas por concessão liminar, sentença ou homologação de acordo judicial ou extrajudicial. As informações sobre a inclusão ou a retirada do cadastro serão atualizadas em tempo real, em página da internet.

Suplicy diz que o projeto (PLS 198/08) objetiva extinguir impasses vividos na esfera jurídica, além de solucionar o problema de muitas famílias que dependem do pagamento de alimentos para sobreviver.

“Exponencialmente, cresce o número de cidadãos que vêm se utilizando da falta de um cadastro único e nacional acerca do pagamento de alimentos, além dos já conhecidos expedientes processuais para deixarem suas famílias e, principalmente, seus filhos desamparados. Muitas vezes os devedores possuem condições de prover os alimentos, mas não o fazem visando desestimular o amparado ou obrigá-lo a recorrer rotineiramente ao Judiciário”, explica.

O projeto, que autoriza o Executivo a criar o cadastro, subordinado ao Ministério da Justiça, encontra-se na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), com a relatoria de Patrícia Saboya (PDT-CE). Se aprovado, será analisado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa.

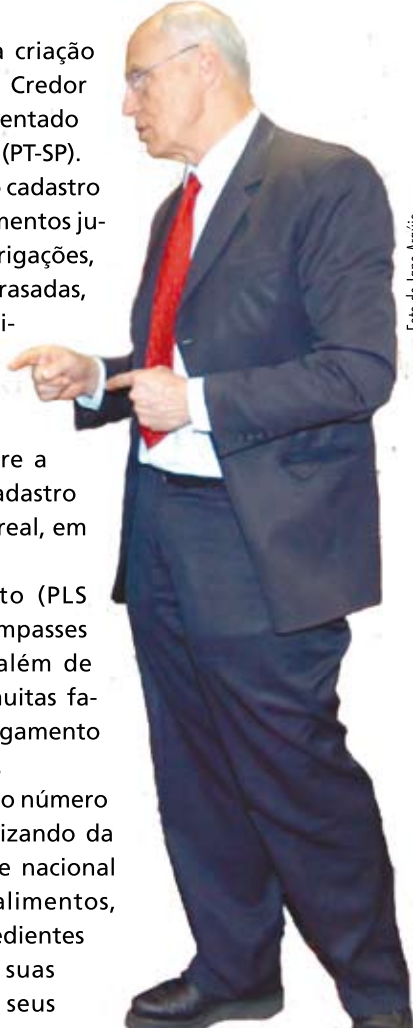


Foto de Jure Araújo

Flexa Ribeiro quer ampliar o tempo de concessão do seguro-desemprego para ex-funcionários de madeiras

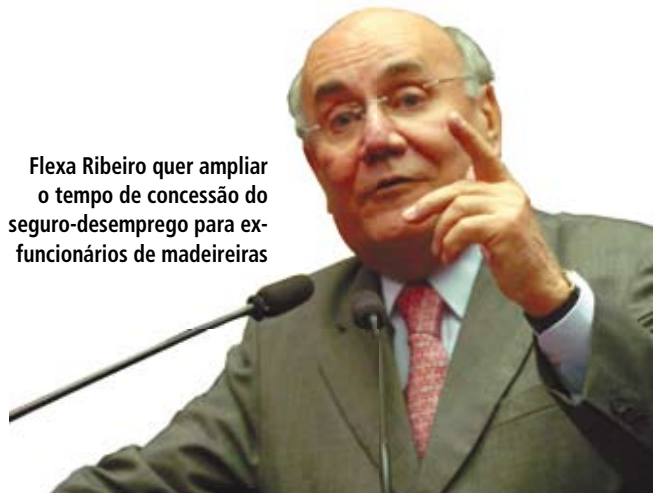


Foto de Genildo Mengão

Projeto amplia prazo de benefício para extratores de madeira

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) apresentou projeto de lei que amplia o prazo de concessão do benefício do seguro-desemprego para os trabalhadores de madeiras interditadas no Pará, atingidas pelas ações de combate ao desmatamento da Amazônia.

O projeto (PLS 200/08) encontra-se em análise na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde aguarda parecer do relator, Paulo Paim (PT-RS).

Em sua justificativa, Flexa Ribeiro atribuiu ao governo federal a responsabilidade

de apoiar os desempregados da atividade de extração de madeira tornada ilegítima em decorrência de sua própria omissão em analisar os planos de manejo apresentados pelas empresas madeireiras.

“O período de quatro meses, até por razões climáticas e sazonais, é muito curto para que o empregado das regiões de exploração florestal possa encontrar um novo emprego ou conseguir realizar um treinamento que o torne apto a exercer uma nova função”, argumenta o parlamentar.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário

Às 11h será realizada sessão especial em homenagem à memória do senador Jefferson Péres, que faleceu em 23 de maio. Às 14h, a sessão será deliberativa. A pauta está trancada por projetos de lei de conversão, provenientes de medidas provisórias.



José Cruz

Agenda do presidente

O presidente do Senado Federal, Garibaldi Alves, participa às 9h, no Auditório Petrônio Portela no Senado, do I Seminário da Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frencoop); às 10h30, participa no TCU do

seminário *Portos: em Busca de Soluções para o Setor*; às 11h, preside a sessão especial em memória do Senador Jefferson Péres; às 14h30, realiza reunião de líderes; às 16h, preside a ordem do dia; e, às 17h, participa,

no STJ, da solenidade de posse dos desembargadores Geraldo Og Nicéas e Luis Felipe Salomão, e do procurador Mauro Luiz Campbell Marques no cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça.

CE recebe vencedor do “Soletrando”

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) recebe, às 10h30, o estudante Éder Carlos Lopes Coimbra, vencedor do “Soletrando”, do programa *Caldeirão do Huck*, da TV Globo. Às 11h a comissão analisa 15 proposições. Entre os projetos em pauta, encontra-se o que determina a abertura das escolas públicas em feriados e fins de semana para atividades extracurriculares, mediante alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96). Outros dois projetos também alteram a LDB: o que define a frequência mínima exigida para aprovação na educação superior, e o que garante o recenseamento escolar de crianças até cinco anos de idade para atendimento em educação infantil.



Chato



José Cruz

CCJ decide sobre precatórios

O substitutivo às sete propostas de emenda à Constituição (PECs) que tratam dos precatórios judiciais está na pauta da reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), às 14h. Também deverá ser votado substitutivo a quatro projetos sobre criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios. Figura ainda entre os 15 itens da pauta da CCJ o projeto que retira poderes do Executivo referentes a monitoramento e controle do desmatamento em terras na Amazônia, determinados no Decreto 6.321/07.

CMA debate uso de aeroportos

A legislação aplicável às locações de áreas usadas por concessionárias nos aeroportos brasileiros será debatida, às 11h30, em audiência pública na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). Entre os convidados para a reunião, estão o presidente da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), Sérgio Gaudenzi, e representantes do Ministério da Defesa, do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Associação Brasileira de Concessionários Aeroportuários (Abrasca).

Na CAE, benefício ao trabalhador

Às 10h, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) analisa, entre 11 proposições em pauta, substitutivo apresentado ao projeto que altera a lei do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para permitir ao empregado participar do capital da empresa em que trabalha, utilizando-se do saldo nesse fundo. Outro projeto permite a concessão dos benefícios do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) e de Vale-Transporte aos trabalhadores desempregados, durante o período de frequência a curso de capacitação, readaptação ou reciclagem.



Leopoldo Silva

CPI da Pedofilia

Às 15h, será realizada reunião administrativa da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia para apresentação do primeiro conjunto de propostas visando coibir a pedofilia e aumentar o rigor na punição dos envolvidos com essa prática. Uma das medidas previstas tipifica pedofilia como crime hediondo, sujeitando o infrator a pena de até 30 anos de reclusão.

O presidente do Senado não se arriscou a prever se a proposta será examinada pelos senadores antes das eleições municipais. "Vai depender do acordo dos líderes e do empenho do governo", avaliou

Aprovação da CSS no Senado será difícil, avalia Garibaldi

O PRESIDENTE DO Senado, Garibaldi Alves Filho, afirmou ontem que a Contribuição Social para a Saúde (CSS) terá mais chances de ser aprovada no Senado se o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se envolver pessoalmente na discussão.

– O presidente Lula não quer se envolver nas articulações, mas se resolverem dar isso [a CSS] de presente a ele, ele não vai deixar de querer [ganhar]. Quando ele se envolve, mais votos surgem. Sem uma interferência dele, fica mais difícil. Com uma interferência, acho que ele consegue sensibilizar aqueles que fazem parte da sua base – disse Garibaldi.

Na última quinta-feira, o presidente da República afirmou que caberia ao Congresso e, mais especificamente, à bancada da saúde garantir a aprovação da contribuição, cujo texto-base passou na Câmara dos Deputados na quarta-feira por apenas dois votos a mais do que o necessário.

De acordo com levantamento do jornal *Folha de S. Paulo*, publicado sábado, apenas 18 senadores aliados do governo teriam a pretensão de votar favoravelmente à CSS. Na avaliação do presidente do Senado, se a votação fosse hoje, aprovar a CSS seria difícil, mas não impossível.

– A CPMF precisava de 49 votos. A CSS



Garibaldi Alves: estudo sobre alternativa à contribuição fica pronto na quinta

precisa de 41. Além disso, agora, diferentemente da CPMF, a contribuição é voltada só para a saúde, e isso não deixa de ser civilizado. Agora, quem quiser acertar mesmo, bote um triplo aí porque a coisa não vai ser fácil... – brincou ele, em referência à loteria esportiva.

Câmara dos Deputados

A tramitação da proposta que regulamenta a Emenda Constitucional 29, definindo o percentual de recursos a serem investidos na saúde pelos entes federativos e criando a CSS, que representaria as fontes dos recursos a serem investidos pela União, deverá ser concluída na Câmara dos Deputados ainda nesta semana, com a votação dos destaques ao Projeto de Lei Complementar 306/08.

Garibaldi não se arriscou a prever se a matéria será deliberada no Senado

antes ou depois das eleições municipais. Na Casa, ela deverá passar pelas comissões de Assuntos Sociais (CAS), Assuntos Econômicos (CAE) e Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

– Isso vai depender do acordo dos líderes e do empenho do governo. Para mim, o governo deverá tentar votar logo, mas, para isso, precisa ter sua base pronta para votar, porque a oposição, em matéria de CSS, não está para acordo não – disse.

Alternativa

O presidente voltou a defender uma alternativa para o financiamento da saúde, no lugar de uma contribuição sobre transações financeiras, como estabelece a CSS. Como havia informado na semana passada, ele lembrou que pediu à Consultoria Legislativa o Senado que elabore estudo sobre a viabilidade de se aumentar a taxa de produtos como bebidas, cigarros e carros de luxo. De acordo com o presidente, o estudo deve ficar pronto nesta quinta-feira.

– A idéia não é derrubar a CSS, mas criar uma alternativa, se isso se constituir numa alternativa. Eu confio muito na consultoria do Senado, mas é preciso que o estudo do Parlamento tenha aqueles viés de realismo. Deve ser uma proposta de bom calibre, para que não se construa uma coisa muito teórica – afirmou.

Alvaro Dias: projeto que cria contribuição é inconstitucional

Em discurso ontem, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) citou estudo do Banco Mundial sobre o desempenho hospitalar no Brasil para criticar o que ele chamou de "volta da CPMF", referindo-se ao projeto de lei complementar que cria a Contribuição Social para a Saúde (CSS), já aprovado na Câmara dos Deputados. O parlamentar também afirmou que a criação da CSS por meio de lei complementar é inconstitucional.

– Há inconstitucionalidade gritante, por se tratar de imposto cumulativo, que incide sobre toda a cadeia produtiva, incide sobre todos os outros impostos; por essa razão o denominamos imposto perverso – afirmou.

De acordo com o Banco Mundial, comentou Alvaro Dias, a taxa de ocupação dos leitos hospitalares brasileiros é baixa – cerca de 37%. Em uma escala de eficiência de 0 a 1, acrescentou, o Banco Mundial classificou o Brasil com 0,34. Alvaro Dias afirmou que, ainda de acordo com o estudo, 30% das interna-

ções são desnecessárias e custam R\$ 10 bilhões.

– Baixíssima, portanto, a nota conferida ao Brasil. Ou seja, eficiência quase zero. Não há, em síntese, eficiência de gerenciamento. Não temos leitos suficientes e internamos aqueles que não necessitam de internamento, por incapacidade de gerenciamento. Os recursos existem, mas são mal aplicados; os recursos existem, mas há desorganização; os recursos existem, mas o governo os aplica de forma indevida – disse.

Para Alvaro Dias, a criação da CSS por meio de lei complementar contraria o parágrafo 1º do artigo 154 da Constituição, o qual estabelece que a União poderá instituir impostos mediante lei complementar, "desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios" dos discriminados na Constituição.

– Esse imposto prevê, como base de



Para Alvaro, recursos da saúde são mal aplicados

cálculo, movimentação financeira, que não é base de cálculo nem fato gerador. Portanto [há] inconstitucionalidade flagrante. Assim, por lei complementar, está sendo criada uma fonte permanente para a saúde com uma base não permanente, ou seja, com a movimentação financeira.

Segundo ainda Alvaro Dias, a proposta "é uma aberração jurídica, um monstro que tem que ser rechaçado no Senado".

Garibaldi defende mais investimento em energia eólica

Um maior investimento no setor de energia eólica, "seja por parte do governo federal, seja por parte da iniciativa privada" foi defendido pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, durante o *Diálogo Sobre Energia Eólica*, evento realizado ontem, na sede do Banco do Nordeste (BNB), em Fortaleza.

– O ministro Edison Lobão [Minas e Energia] prometeu que haverá um leilão específico, só de energia eólica, no ano que vem. Isso já foi considerado um avanço. Mas fiz questão de destacar que é preciso avançar mais, porque há disponibilidade das empresas para investir, o que é raro. O que geralmente acontece é o governo ir atrás das empresas – afirmou.

Garibaldi ressaltou ainda que os benefícios da energia eólica superam os custos de sua produção. "É uma energia limpa, não poluente, que pode proporcionar benefícios para a população do ponto de vista ambiental. Por isso, pedimos, sobretudo, uma maior brevidade entre os editais e a divulgação de dados sobre energia eólica", disse Garibaldi.

No encontro, os governadores Cid Gomes (CE), Jaques Wagner (BA), Marcelo Déda (SE), Eduardo Campos (PE) e Wellington Dias (PI) manifestaram a vontade de aumentar a oferta de energia eólica nos seus estados.

Debate aborda assistência farmacêutica

O aumento de processos na Justiça apresentados por pacientes e associações civis do Distrito Federal para a obtenção de medicamentos pela rede pública de saúde será um dos principais assuntos do seminário "Judicialização das Políticas de Assistência Farmacêutica: O Caso do Distrito Federal", que ocorre hoje, a partir das 9h30. Promovido pelo Centro de Altos Estudos da Consultoria Legislativa do Senado Federal, em cooperação com o Interlegis, o evento será presidido pelo senador Tião Viana (PT-AC).

O seminário será apresentado pelo consultor legislativo Luiz Carlos Romero e debatido pela coordenadora do Programa de Direitos Sanitários da Fundação Oswaldo Cruz, Maria Célia Delduque. Segundo Romero, o estudo analisa as principais características da busca da Justiça para obtenção de medicamentos na rede pública no DF entre 2001 e 2005.

O encontro será realizado na sala de apoio do Interlegis – Avenida N2, anexo E do Senado Federal.

Príncipe herdeiro do Japão visita o Senado

Amanhã, dia em que Brasil e Japão celebram o centenário da chegada dos primeiros 781 imigrantes japoneses em solo brasileiro, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, recebe o príncipe herdeiro Naruhito, em cerimônia marcada pelas tradições daquela Casa Imperial. A

pedido da embaixada japonesa, a recomendação é que nenhum jornalista atravesse o espaço em frente ao príncipe, nem obstrua sua passagem.

Está sendo solicitado ainda que, como faz a imprensa japonesa, ninguém caminhe ao lado do príncipe, nem o ultrapasse.

Outra recomendação é que, diante de Naruhito, ninguém recue de costas com a intenção de fotografá-lo. Também não será permitido aos jornalistas falar diretamente ao príncipe, abordá-lo ou constrangê-lo insistindo em obter respostas.

Com a visita, o príncipe her-

deiro atende a convite do presidente Lula para participar das cerimônias do centenário. Para Naruhito, os imigrantes construiram "uma ponte" entre o Brasil e o Japão. Hoje, o total de descendentes de japoneses no país ultrapassa 1,5 milhão de pessoas, maior colônia no exterior.



Comissão de Assuntos Sociais examina estímulo à doação de órgãos

Projeto aumenta para 15 dias a licença-paternidade

A proposta que amplia o período da licença-paternidade de cinco para 15 dias está entre os 12 itens da pauta da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que se reúne amanhã a partir das 11h. Esse projeto de lei (PLS 666/07) foi apresentado pela senadora Patrícia Saboya (PDT-CE), que também é autora da proposição que aumenta o período da licença-maternidade de 120 para 180 dias.

A licença-paternidade está prevista no artigo 7º da Constituição, mas ainda não foi regulamentada. Conforme explica a senadora, o período de cinco dias utilizado atualmente foi fixado por meio de uma regra provisória que consta do artigo 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Nesse contexto, o projeto de Patrícia Saboya visa regulamentar a licença ao mesmo tempo em que amplia seu período. Ela argumenta que o prazo atual é “insuficiente para que o pai possa contribuir com uma assistência mais efetiva ao filho e à mãe”. A senadora também destaca que a proposta surgiu no âmbito das discussões sobre o projeto que aumenta o tempo da licença-maternidade – o qual já foi aprovado no Senado e, atualmente, tramita na Câmara dos Deputados.

O relator do projeto sobre a licença-paternidade é o senador Flávio Arns (PT-PR), que apresentou voto favorável à matéria. Ele ressaltou que a iniciativa estende ao pai adotante o mesmo direito do pai natural, medida “fundamental para a valorização do instituto da adoção”.

O projeto receberá na CAS decisão terminativa.

Doação de órgãos

Também está na pauta da comissão uma proposta determinando que todos os hospitais com mais de 80 leitos ou que disponham de unidades de emergência ou de tratamento intensivo mantenham uma comissão de captação e doação de órgãos, composta por profissionais da própria instituição.

Essa comissão teria entre suas funções a de identificar possíveis doadores de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento, além de contatar os familiares do possível doador visando obter a autorização para a doação.

O autor desse projeto de lei (PLS 347/07) é o senador Osmar Dias (PDT-PR). O relator é o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), que apresentou voto favorável à matéria.

Ao justificar a proposta, Osmar Dias destaca que o número de transplantes realizados no país vem diminuindo nos últimos anos. De acordo com ele, uma das causas dessa redução seria a falta de organização dos hospitais onde se encontram os doadores potenciais.

O senador argumenta ainda que “esses problemas organizacionais são, na opinião dos especialistas e estudiosos da matéria, responsáveis tanto pelas elevadas taxas de recusa à doação como de perda de órgãos”. O projeto de Osmar Dias também tramita na CAS em caráter terminativo.

Projeto de Valdir Raupp que estabelece regras para pagamento de precatórios, projetos contra pedofilia, homenagem a Jefferson Péres e ampliação de licença-paternidade são temas da semana

Agenda destaca precatórios e combate à pedofilia

NA AGENDA DE votações do Senado desta semana um dos destaques é o substitutivo de Valdir Raupp (PMDB-RO) às propostas que mudam as regras para pagamento de precatórios, em análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Também é esperada a apresentação do primeiro conjunto de propostas da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia para coibir a ação de pedófilos.

A votação do substitutivo de Raupp, que constava da pauta da reunião da CCJ da quarta-feira passada, foi transferida para hoje, em reunião que será realizada às 14h. O senador elaborou o substitutivo a partir do exame de sete propostas de emenda à Constituição que tratam do tema e que tramitam em conjunto. Matéria polêmica,

as mudanças propostas por Valdir Raupp receberam o apoio de governadores e prefeitos, mas foram criticadas pelo presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Além do texto de Raupp, a CCJ deve analisar pauta formada por outros 14 itens.

Hoje, às 15h, os senadores que integram a CPI da Pedofilia devem discutir projetos que visam aumentar o rigor na punição de envolvidos com a prática da pedofilia. Poderá constar das propostas a que tipifica pedofilia como crime hediondo e que sujeita o criminoso a até 30 anos de reclusão, como tem defendido o presidente do colegiado, Magno Malta (PR-ES). Também

poderá ser sugerida mudança no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) para incluir como prática criminosa a guarda de imagens pornográficas envolvendo crianças. Pelas regras atuais, as punições ocorrem quando há comprovação da produção, venda e divulgação das imagens pedófilas, ficando livres de punição aqueles que armazenam tais imagens.

Pedofilia pode ser considerada crime hediondo, com pena de até 30 anos de prisão

Finatrec

A CPI das ONGs reúne-se amanhã para fazer acareação entre os promotores de Justiça Gladaniel de Carvalho e Ricardo de Souza e o presidente do Conselho Superior da

Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatrec), Antônio Manoel Dias Henrique. Ao falarem a CPI no início de março, os promotores apontaram indícios de malversação de dinheiro público por parte da Finatrec e desvio de finalidade de recursos que deveriam ser destinados à pesquisa. Em depoimento no fim daquele mês, Antônio Henrique negou as acusações. Com a acareação, o relator do colegiado e autor do requerimento propondo a reunião, Inácio Arruda (PCdoB-CE), espera esclarecer as divergências entre os depoimentos. A reunião está marcada para as 14h de amanhã.

Plenário

No Plenário, a atenção dos senadores volta-se para a expectativa de chegada da

proposta que regulamenta os gastos com a área de saúde e cria a Contribuição Social para a Saúde (CSS), identificada como “nova CPMF [Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira]”. Aprovada na Câmara na semana passada, a matéria (Projeto de Lei Complementar 306/08) aguarda agora a decisão dos deputados sobre quatro destaques apresentados ao texto, antes de ser enviada ao Senado.

Os senadores de oposição prometem obstruir a tramitação da proposta na Casa e trabalhar pela sua rejeição. E, caso a matéria seja aprovada, o PSDB deverá recorrer ao Supremo Tribunal Federal contra a criação do tributo por lei complementar, conforme anúncio do líder do partido, senador Arthur Virgílio (AM).



Há na pauta do Plenário 86 proposições, que só podem ser votadas após o exame das medidas provisórias. Um dos projetos muda a forma de apreciação dos vetos

Medidas provisórias trancam a pauta

A sessão deliberativa do Plenário, hoje, está com a pauta trancada. Bloqueiam os trabalhos três projetos de lei de conversão decorrentes de medidas provisórias (MPs 421, 420 e 423). A primeira reajusta o salário mínimo para R\$ 415 – retroativo a 1º de março deste ano – e as outras duas abrem crédito extraordinário no valor total de mais de R\$ 13,1 bilhões para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e dois ministérios.

A maior parte dos recursos (R\$ 12,5 bilhões) será usada pelo BNDES no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O restante (R\$ 613,7 milhões) vai para os ministérios da Integração Nacional (R\$ 540 milhões) e dos Transportes (R\$ 73,7 milhões). O dinheiro será usado, respectivamente, no socorro a vítimas das últimas enchentes ocorridas nas regiões Nordeste e Centro-Oeste e em obras emergenciais em rodovias federais.

Somente após a pauta ser destravada, com a apreciação dos três projetos de conversão apresentados as medidas provisórias, o Plenário poderá dar início ao exame de 86 proposições que constam da ordem do dia.

Entre as propostas, está a emenda à Constituição (PEC 57) de autoria do

senador Marco Maciel (DEM-PE) segundo a qual os vetos presidenciais serão apreciados separadamente pelo Senado e pela Câmara. Atualmente, o exame dos vetos é feito em conjunto pelas duas Casas do Congresso Nacional. Para um veto ser derrubado, é necessária a maioria absoluta dos votos – 257 deputados e 41 senadores.

Maioridade penal

Outra PEC (3/01) a ser votada, de autoria do ex-senador José Roberto Arruda – atual governador do Distrito Federal –, reduz para 16 anos a idade para imputabilidade penal. Ela tramita em conjunto com cinco PECs, como a 90/03, de autoria do senador Magno Malta (PR-ES), que responsabiliza criminalmente os maiores de 13 anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos, a exemplo do assalto seguido de morte.

Consta também da pauta projeto do Executivo – na Câmara recebeu o número 27/08 – que institui o Regime de Tributação Unificada na importação, via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai. A proposta, que não reduz os impostos, tem por meta frear o comércio ilegal, protegendo, dessa maneira, a indústria nacional.



A Comissão de Assuntos Econômicos tem 11 matérias na pauta de hoje

Trabalhador poderá investir metade do FGTS em empresa

O trabalhador brasileiro poderá ter o direito de investir até 50% do seu Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em programa de participação no capital da empresa em que trabalha. Essa possibilidade está prevista no substitutivo do senador Mão Santa (PMDB-PI), a projeto de lei (PLS 273/03) do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) que será examinado hoje pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Conforme o texto, que altera a lei do FGTS (Lei 8.036/90), apenas será permitida a participação do trabalhador em sociedade anônima de capital aberto. O relator esclarece que essa determinação reduz investimentos de alto risco e que podem levar à perda total dos depósitos do trabalhador ou até mesmo a saldo negativo, no caso de falência da empresa.

“Essas empresas [sociedades anônimas] estão sujeitas à fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), enquanto as demais, de capital fechado, não têm essa mesma transparência”, explica Mão Santa no substitutivo.

A matéria será depois analisada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa.

Balanco social

Ainda hoje, a CAE examina outras dez matérias, entre as quais substitutivo da senadora Serys SIlhessarenko (PT-MT) ao Projeto de Lei 224/07, da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), que institui o Balanço Social Empresarial. Por meio desse ins-

trumento, as empresas deverão divulgar os benefícios gerados para a comunidade.

Já aprovada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), a proposta cria o “Selo Empresa Responsável”, a ser concedido aos órgãos que publicarem o balanço social, que somente será obrigatório para as sociedades anônimas. A matéria será depois encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que a apreciará em decisão terminativa.

Exportação

Também está na pauta da CAE projeto de lei do senador Francisco Dornelles (PP-RJ), a ser votado em decisão terminativa, que amplia o rol dos setores exportadores, os quais, afetados pela valorização do real em face ao dólar, receberão crédito subvencionado e benefícios fiscais (PLS 632/07). A proposição facilita o acesso ao Regime Especial e Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras (Recap), instituído pela “Lei do Bem” (Lei 11.196/05).

De acordo com a proposta, relatada pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), serão beneficiados os setores pesqueiro, inclusive a carcinicultura (criação de camarões em cativeiro); de óleo de palma; de beneficiamento de castanho de caju; de componentes para calçados; de mesas de bilhar; de beneficiamento de madeira; e de implementos e maquinários agrícolas da posição 84.33 da Tabela de Incidência do Imposto Sobre Produtos Industriais.

Senado homenageia Jefferson Péres hoje

A requerimento de Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Cristovam Buarque (PDT-DF), o Senado Federal realiza hoje, às 11h, sessão especial para homenagear Jefferson Péres, relembrar sua vida pública e, principalmente, sua luta pela ética na política. Essa foi a marca registrada de sua atuação como senador da República, conforme destacou Arthur Virgílio, seu colega da bancada do Amazonas, ao propor a homenagem.

— Manaus se tomou de uma comoção muito grande com o falecimento de Jefferson Péres [em 23 de maio]. Não somente a cidade, mas foi o Brasil



Ética na política foi marca registrada da atuação de Jefferson

inteiro que se manifestou nos jornais, rádio, TV e internet, lamentando a perda de um político sem jaça, sempre defendendo a questão moral, a questão ética, numa demonstração de como ficou raro,

no país, um homem de bem, sem rasuras em sua biografia – declarar.

Advogado, casado e pai de três filhos, José Jefferson Carpinteiro Péres nasceu no dia 19 de março de 1932, em Manaus. Fez pós-graduação em Ciência Política no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) e em Administração Pública na Fundação Getúlio Vargas (FGV). Exerceu cargos na Corregedoria Geral da Justiça do Amazonas e no Tribunal de Justiça do estado. Foi vereador por dois mandatos a partir de 1988, eleito senador para o período 1995/2003 e reeleito para o período seguinte.

Comissão ouvirá Roberto Teixeira sobre a venda da Varig

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) realiza amanhã mais uma reunião para colher depoimentos sobre a venda da Varig à VarigLog, em julho de 2006, por US\$ 24 milhões.

Serão ouvidos o advogado Roberto Teixeira e os três sócios brasileiros do fundo norte-americano Matlin Patterson, que comprou a VarigLog e, em seguida, com intermediação da Justiça, arrematou a Varig.

Na semana passada, a ex-diretora da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) Denise Abreu confirmou à CI a denúncia de que foi pressionada pela ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, a votar pela liberação da compra da Varig.

O advogado Roberto Teixeira teria atuado em nome do consórcio para convencer a Anac a dispensar os sócios brasileiros (Marco Antonio Audi, Marcos Haftel e Luiz Eduardo Gallo)

de apresentarem documentação comprovando capacidade econômico-financeira. Segundo Denise Abreu, Teixeira valeu-se do prestígio de que desfrutava como compadre do presidente

Luiz Inácio Lula da Silva para pressionar o governo em favor do consórcio.

A suspeita lançada pela ex-diretora da Anac é que os sócios brasileiros estariam apenas legitimando a ação do fundo norte-americano e não teriam dinheiro para bancar 80% do capital, uma exigência da legislação brasileira. Nove meses depois do negócio, a Varig foi revendida à Gol por US\$ 320 milhões.

Para o ex-presidente da Anac Milton Zuanazzi, não houve pressão do governo, embora Dilma Rousseff tenha dito numa reunião que, se a posição da agência era de exigir a documentação, a do governo era “salvar a Varig”.



A Comissão de Infra-Estrutura investiga as circunstâncias que envolveram a negociação da empresa

Relatório sobre mudança climática sai amanhã

O relator da Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas, senador Renato Casagrande (PSB-ES), apresentará amanhã o relatório final dos trabalhos do colegiado criado para acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às alterações do clima no país.

As atividades deveriam terminar em 22 de dezembro do ano passado, mas foram estendidas até 18 de junho por solicitação do relator e do então presidente do colegiado, deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO).

Ao solicitar a prorrogação, Casagrande defendeu a criação de uma comissão permanente,



Casagrande é relator de comissão que discutiu o tema no Congresso

no Congresso Nacional, destinada a acompanhar as questões relacionadas a mudanças climáticas.

Em audiência pública realizada no colegiado no início do mês, o subchefe-adjunto

de Políticas Governamentais da República, Johannes Eck, anunciou que o governo deverá enviar ao Congresso, ainda em junho, projeto que trata da Política Nacional sobre Mudanças do Clima.

Outra audiência pública discutiu, em março, o aumento dos índices de desmatamento da Floresta Amazônica, bem como as ações que o governo está adotando para combatê-lo.

A apresentação do relatório final está prevista para as 10h, em reunião na sala 2 da Ala Nilo Coelho, no anexo 2 do Senado.

Cristovam anuncia ser candidato a presidente para forçar debate de idéias



Fotos: Gerardo Magliola

Cristovam Buarque (PDT-DF) anunciou que seu partido deverá indicá-lo para os institutos de pesquisa como candidato provisorio a presidente da República. Segundo ele, o objetivo é aferir o

potencial eleitoral de um candidato a n-

didato do partido e forçar o debate de propostas governamentais a partir do Senado.

– Não podemos apenas aguardar candidatos de consenso. Consenso nesse caso não é democracia. Candidatos devem incomodar alguns grupos – disse, acrescentando que o PSDB deve adotar estratégia parecida.

Cristovam sustentou que, independentemente de cumprir seu papel de fiscalizador dos atos do governo e de casa legislativa, o Senado deveria transformar-se também num centro de discussões sobre propostas objetivas para o Brasil.

Entre os temas apontados por Cristovam consta a redução dos gastos públicos. Para ele, o

governo reluta em atacar esse problema, o que pode forçar os senadores candidatos a um pacto dos partidos em busca de soluções.

– Os gastos públicos também resultam em aumento da inflação. A inflação é um dos problemas que ameaçam o país, que já tem um histórico nesse sentido. Onde cortar gastos? – indagou, reiterando a necessidade do confronto de propostas no Senado.

No campo econômico, Cristovam ressaltou que o Brasil vive um momento de otimismo com a perspectiva da produção e exportação de etanol. Conforme sustentou, esta seria a nova fase do ouro do país.

– Esse assunto deveria ser am-

plamente discutido. Para onde irá o dinheiro do etanol? Já tivemos experiências históricas de desperdício de recursos na era do açúcar em Pernambuco, do ouro em Minas Gerais e do café em São Paulo, períodos nos quais o dinheiro que deveria ser investido aqui foi parar em mãos estrangeiras – observou.

A propósito, o senador sugeriu que os candidatos a presidente promovam a elaboração de leis proibindo a compra definitiva de terras por estrangeiros, permitindo somente as concessões por tempo determinado. Ele advertiu que grandes áreas apropriadas para a produção de alimentos e etanol agora se transformaram em alvo da cobiça estrangeira.

Julgamento prioritário de processos contra candidatos é, na opinião do senador, proposta menos radical que impugnação daqueles condenados em primeira instância

Simon adverte: sociedade quer eleitos com ficha limpa

O SENADOR PEDRO Simon (PMDB-RS) advertiu que a sociedade tem manifestado que não quer pessoas com ficha suja candidando-se a cargo eletivo e que o Congresso não regulamenta o assunto. Ele lembrou que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) concluiu há poucos dias, “em votação apertada”, que só candidato condenado em última instância não pode ter registro de candidatura.

– No entanto, o assunto não morreu. É verdade que a Constituição diz que só pessoa que recebe condenação definitiva não pode se candidatar. Infelizmente, quem tem bons advogados recorre sempre

e nunca é condenado em última instância. Mas, no artigo 14, a mesma Constituição diz que lei complementar do Congresso estabelecerá outros casos de inelegibilidades, para proteger a probidade administrativa, a moralidade para o exercício do mandato, considerada a vida pregressa do candidato – disse.

Para Simon, o Congresso tem que agir. “A sociedade quer isso. Daqui a pouco o Congresso pode levar uma nova bofetada



Senador pede que Congresso aja e regulamente o tema

do Judiciário, como aconteceu no caso da fidelidade partidária”, alertou, referindo-se à decisão do Supremo Tribunal Federal de que parlamentares só podem mudar de partido em algumas situações. O senador argumentou que até pessoa que passa em exames do Banco do Brasil, “mesmo para o cargo mais singelo”, só toma posse se sua vida pregressa for considerada satisfatória.

Por isso, ele defende a apro-

vação de projeto de sua autoria que determina ao Judiciário o julgamento prioritário de processos contra candidatos. Ponderou que não propõe “algo mais radical”, como a impugnação do registro de candidato que tenha sido condenado em primeira instância. Simon informou que o TSE vai receber projeto de iniciativa popular que impede a candidatura de condenado em primeira instância, com 1 milhão de assinaturas, coletadas por entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil.

Pedro Simon leu ainda trecho de entrevista do presidente do TSE, minist-

ro Carlos Ayres Britto, em que “ele reclama do Congresso” a regulamentação da Constituição e apelou aos partidos que impeçam o registro de candidatos com ficha suja. O senador disse ainda que a decisão do TSE não proibiu os tribunais estaduais de rejeitarem candidaturas de pessoas com vida pregressa não recomendável e que juizes de quatro estados (RJ, RN, CE e ES) estão dispostos a vetar tais candidaturas.

Papaléo cobra mais atenção do governo federal para o Amapá

Papaléo Paes (PSDB-AP) defendeu no Plenário o aumento dos investimentos do governo federal em seu estado, visando impulsionar o crescimento econômico e garantir a exploração racional das riquezas da região.

Na avaliação do parlamentar, um dos setores a exigir mais atenção seria o de infraestrutura de transportes. Ele afirmou que a falta de estradas e de ligação rodoviária com o restante do país é um grande freio ao desenvolvimento econômico do Amapá, sendo responsável por sua situação atual de isolamento.

– Por conta dessa realidade [falta de rodovias], suas relações [do Amapá] são muito mais intensas com a Guiana Francesa do que com o restante do Brasil – observou.

Outros projetos importantes que deveriam ser implementados pelo governo federal no Amapá são, de acordo com

Papaléo Paes, a definição de um zoneamento agroflorestal e socioeconômico rigoroso, com o objetivo de aperfeiçoar as atividades relacionadas com o extrativismo e o manejo da floresta; a intensificação da criação de búfalos e bovinos; o aumento dos gastos em pesquisa agropecuária; e o aumento dos investimentos na infraestrutura dos municípios amapaenses.

Guiana Francesa

Em seu pronunciamento, Papaléo Paes protestou ainda contra o tratamento “excessivamente rigoroso”, em sua opinião, dispensado por autoridades da Guiana Francesa contra trabalhadores brasileiros ilegais em seu território. O parlamentar informou que nos próximos dias será realizada audiência pública conjunta das comissões de Direitos Humanos e de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado para discutir o problema.



Falta de ligação rodoviária com o resto do país inibe crescimento do Amapá, observa Papaléo Paes

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Papaléo Paes • Alvaro Dias • Pedro Simon

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretora de Jornalismo:

Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquêas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino

Arte: Cirilo Quartim e Oscar

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Kátia Abreu cobra em Plenário eliminação de dispositivo do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Relatora, Serys adota providências



"Esse cenário dificulta a atuação das empresas sérias, que não conseguirão ser competitivas"

Fotos de Geraldo Magela

Kátia adverte que regra da LDO abre caminho à corrupção

EM PRONUNCIAMENTO FEITO ontem, Kátia Abreu (DEM-GO) alertou para um dispositivo contido no projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) enviado pelo Executivo ao Congresso que, segundo ela, poderá dificultar o controle dos gastos em obras públicas. A senadora citou reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo* sobre o assunto, publicada ontem.

Há sete anos, explicou Kátia Abreu, a LDO determina que os custos unitários de materiais e serviços de obras executadas com recursos do Orçamento da União não poderão ser superiores à média daqueles constantes do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi), uma entidade atuante há 40 anos. O texto da LDO em análise pelo Congresso estabelece que os custos das obras serão avaliados pelo valor global.

A mudança, segundo Kátia Abreu, vai permitir que os preços dos itens

da obra sejam calculados em valores mais elevados que a média, fazendo com que o artifício seja compensado com a redução dos custos de outros itens do empreendimento. Na opinião de Kátia Abreu, o dispositivo precisa ser alterado pela relatora da LDO, senadora Serys Slhessarenko (PT-MT).

– Essas decisões demonstram descaso com as obras públicas no país. O TCU [Tribunal de Contas da União] fiscaliza hoje com o preço unitário. Mesmo assim, de 400 obras fiscalizadas, 20% apresentam problemas graves. Se persistir o texto substituindo o valor unitário pelo global, esse cenário dificulta a atuação das empresas sérias, que não conseguirão ser competitivas com tantos artifícios das empresas mal intencionadas – disse.

Em apartes, manifestaram apoio a Kátia Abreu os senadores Papaléo Paes (PSDB-AP), Pedro Simon (PMDB-RS) e Mesquita Júnior (PMDB-AC).



Senadora já havia sido alertada para possíveis problemas com texto enviado ao Congresso Nacional

Serys informa que eliminou riscos de superfaturamento

A SENADORA SERYS Slhessarenko (PT-MT) divulgou nota ontem na qual afirma ter trabalhado "no intuito de eliminar quaisquer chances de que as obras públicas pudessem ser superfaturadas em função da falta de parâmetros de custos". Relatora da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2009, Serys foi citada em Plenário pela senadora Kátia Abreu (DEM-TO).

Trazendo nas mãos uma reportagem de *O Estado de S. Paulo*, Kátia Abreu explicou que, nos últimos sete anos, a LDO tem proibido que os custos unitários de materiais e serviços de obras executadas com recursos do Orçamento da União sejam superiores à média desses mesmos produtos e serviços listados no Sinapi. De acordo com a reportagem do *Estado*, parecer do Tribunal de Contas da União (TCU) afirma que essa alteração vai permitir que itens e serviços que podem ter sua quantidade aumentada durante a execução

da obra sejam cotados a preços mais elevados, enquanto os itens que podem ter sua quantidade diminuída sejam orçados a preços menores, o que pode "frustrar o procedimento licitatório e promover o superfaturamento do empreendimento".

A assessoria da relatora da LDO explicou que Serys já tinha sido alertada para os possíveis problemas dessa modificação e que ela já alterou o texto da LDO, retornando a avaliação da obra para os custos unitários. No entanto, menciona no texto – que será divulgado hoje em reunião da Comissão Mista de Orçamento – a possibilidade da avaliação global, abrindo a possibilidade para que, no futuro, a avaliação possa ser feita de forma mais complexa, tomando como base tanto os custos unitários como o global. A assessoria de Serys informou que a senadora debateu bastante esse tema com técnicos tanto do TCU como do governo federal e com Kátia Abreu.

Paim defende fim de subsídios agrícolas nos países ricos

O senador Paulo Paim (PT-RS) defendeu o fim dos subsídios agrícolas nos países ricos como forma de combater a fome no mundo. Na avaliação do parlamentar, a medida faria com que os países pobres se sentissem motivados a produzir mais alimentos para comer e para vender. Ele também defendeu o que chamou de "revolução energética dos biocombustíveis" feita pelo Brasil.

– O etanol de cana, que é o caso do produto brasileiro, foi considerado, entre os biocombustíveis líquidos, o único que se mostrou competitivo o bastante sem a necessidade de subsídios contínuos – disse o senador.

Paim lembrou a previsão da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) de que a crise de alimentos implicará prejuízo de US\$ 30 bilhões por ano. Ele citou o secretário-geral da ONU, Ban Ki Mun, o qual afirmou



Paim: medida estimularia aumento da produção nas nações pobres

que o mundo precisará produzir 50% mais alimentos até 2030 para enfrentar a demanda. O parlamentar acrescentou que o Brasil deve produzir 143,3 milhões de toneladas na safra 2007/2008, um resultado 8,7% maior que o ciclo 2006/2007, de acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento.

Paim ainda comemorou a sanção da Lei 11.996, que estabelece

7 de fevereiro como Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas. Disse que apresentou o projeto em 2005, com apoio do movimento indígena, e homenageou os relatores, o então senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) e os deputados João Alfredo, Ivan Valente e Luiz Couto. Ele explicou que a data escolhida é a mesma em que, há mais de 250 anos, o líder guarani Sepé Tiarajú foi morto por tropas de Portugal e Espanha, no Rio Grande do Sul.

Mesquita Júnior homenageia Jamelão e locutor acreano

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) prestou homenagem a Jamelão, cantor e tradicional intérprete da escola de samba Estação Primeira de Mangueira, e ao locutor acreano Compadre Lico, ambos falecidos na semana passada.

O senador ressaltou a "marca na história da música popular brasileira" deixada por Jamelão, que tinha "uma voz grave belíssima" e encantava a quem o assistia. Em aparte, Paulo Paim (PT-RS) anunciou a apresentação de um voto de pesar pela morte do cantor.

Sobre Compadre Lico, disse que o locutor se comunicava diretamente com os produtores rurais e o povo simples do seu estado e deixa um importante legado "para aqueles que querem continuar fazendo rádio".

Mesquita Júnior também lembrou os 46 anos de reconhecimento do Acre como estado, mencionando os esforços



Mesquita Júnior lembra também os 46 anos do Acre como estado

dos que lutaram pela autonomia do antigo território, como José Guimard, Omar Sabino, Jorge Kalume e o pai do senador, Geraldo Mesquita.

– Houve uma grande revolução de que poucos no Brasil têm conhecimento – frisou o parlamentar, referindo-se ao episódio que levou à incorporação daquele território ao Brasil, antes pertencente à Bolívia.

Mesquita Júnior defendeu ainda mudanças nas regras sobre reconhecimento de sindicatos, que dependem do aval do Ministério do Trabalho para funcionar. A seu ver, não cabe ao Estado dizer como o sindicato pode se organizar ou não.

– Como alguém que é parte de um litígio com o movimento sindical tem a prerrogativa de fazer o registro do sindicato e de fazer o rateio do bolo do dinheiro arrecadado com o imposto sindical? – questionou.

A educação infantil é dever do Estado há muito tempo, mas, segundo Cristovam, isso até hoje não se traduziu na oferta de vagas em creches



Rosane Brandão/Sethur/MT

Alunos de creche no Mato Grosso: legislação levará ao aumento da demanda e implicará necessidade de mais escolas

Proposta de Cristovam, nova lei garante escola aos 4 anos

FOI PUBLICADA NO *Diário Oficial da União* de ontem a Lei 11.700, que teve origem no projeto de lei do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) que garante às crianças a partir dos quatro anos de idade o direito a uma vaga na rede pública, no ensino infantil e fundamental, em escola próxima à região onde moram. A determinação passa a vigorar em janeiro de 2009.

A lei foi sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva na sexta-feira. A nova norma acrescenta o inciso X ao artigo 4º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB (Lei 9.394/96).

– Fico muito feliz por ter meu primeiro projeto sancionado. O presidente Lula mostrou sensibilidade com a matéria, visto que, apesar de não estar previsto no texto, haverá necessidade de construção de mais colégios para que todos possam matricular os filhos em instituições de ensino próximas de casa – declarou Cristovam, que estava no Chile, em viagem oficial, quando recebeu a notícia da sanção presidencial.

O senador lembra na justificção do projeto (PLS 03/06) que a Constituição e a legislação educacional há muito tempo reconhecem o direito à educação infantil para as crianças até seis anos e o dever do Estado de oferecer essa etapa da educação básica em creches e pré-escolas. Mas, segundo o senador, esse “reconhecimento legal” não se tem traduzido na oferta real de oportunidades para as crianças brasileiras.

– Já é tempo de o Brasil levar a sério a educação das crianças e, assim, viabilizar seu futuro. Esta proposição destina-se a assegurar que todas as crianças brasileiras, a partir dos quatro anos, tenham direito a uma vaga na escola pública e gratuita. Essa vaga, ademais, deve ser próxima de sua residência, como determina o artigo 53, V, do Estatuto da Criança e do Adolescente [Lei 8.069/90] – afirma o senador ao justificar sua proposição. Cristovam ressalta também

que muitas famílias que gostariam de matricular suas crianças deparam-se com a dificuldade de conseguir vagas, pois a oferta de pré-escolas no país ainda é relativamente reduzida.

– A escolarização na primeira infância, além de ser um direito básico de todas as crianças, facilita a inserção das mulheres no mercado de trabalho e produz efeitos consideráveis no longo

prazo – destaca.

Para o parlamentar, assegurar a pré-escola significa garantir a permanência e o sucesso das crianças no ensino fundamental e equalizar as oportunidades entre ricos e pobres, contribuindo para diminuir as desigualdades educacionais que se traduzem nas “gritantes desigualdades” de renda com que os brasileiros se deparam a cada dia.

17 leis já foram sancionadas em junho

Até a primeira metade de junho, 17 leis ordinárias foram sancionadas e publicadas no *Diário Oficial da União*. Nesse grupo, além de projetos de conversão de medidas provisórias, existem propostas que nasceram no Senado, como as que mudam a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e as que alteram os códigos de Processo Penal e de Processo Civil para tornar o Judiciário mais ágil e eficiente.

Nº DA LEI	ASSUNTO
11.684	Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio.
11.685	Institui o Estatuto do Garimpeiro.
11.686	Altera a categoria da unidade de conservação Parque Nacional dos Pontões Capixabas para Monumento Natural dos Pontões Capixabas, nos municípios de Pancas e Águia Branca, no Espírito Santo.
11.687	Dispõe sobre a instituição do Dia Nacional do Imigrante Italiano (com veto parcial).
11.688	Cria fonte de recursos adicional para a ampliação de limites operacionais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).
11.689	Altera o Código de Processo Penal no que diz respeito ao tribunal do júri.
11.690	Altera o Código de Processo Penal no que diz respeito à prova.
11.691	Denomina Professor Potiguar Matos a Escola Técnica Federal de Pernambuco – Unidade de Ensino Descentralizado de Pesqueira.
11.692	Altera e amplia o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem).
11.693	Transforma em ministro o cargo de secretário especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.
11.694	Altera a Lei dos Partidos Políticos e o Código de Processo Civil para dispor sobre a responsabilidade civil e a execução de dívidas de partidos políticos.
11.695	Institui o Dia Nacional da Mamografia.
11.696	Institui o Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas.
11.697	Dispõe sobre a organização judiciária do Distrito Federal e dos territórios (com veto parcial).
11.698	Altera o Código Civil para instituir e disciplinar a guarda compartilhada (com veto parcial).
11.699	Dispõe sobre as colônias, federações e Confederação Nacional dos Pescadores, regulamentando o parágrafo único do art. 8º da Constituição (com veto parcial).
11.700	Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para assegurar vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir dos quatro anos de idade.

Foto de Jane Araújo

Jarbas Passarinho é professor *honoris causa* da Unilegis

O ex-senador Jarbas Passarinho receberá amanhã o diploma de professor *honoris causa* da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis), em cerimônia no Plenário do Senado. O título deverá ser entregue pelo reitor da Unilegis, o presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho.

Jarbas Passarinho, ex-ministro da Educação, já recebeu 17 títulos de doutor *honoris causa*, dos quais seis foram de universidades católicas e um da Universidade Autónoma de Guadalajara (México). Militar da artilharia e político, exerceu sucessivos mandatos de senador pelo Pará a partir de 1967 e foi titular de quatro ministérios.

Nascido em Xapuri (AC), em 11 de janeiro de 1920, Passarinho foi governador nomeado do estado do Pará de 1964 a 1966.

Em seguida, elegeu-se senador pelo mesmo estado, cargo que exerceu de 1967 a 1974, de 1975 a 1983 e de 1987 a 1995. Foi presidente do Senado de 1981 a 1983.

Passarinho foi ainda ministro da Educação no governo Garrastazu Médici (1969-

1974); do Trabalho no governo Costa e Silva (1967-1969); da Previdência no governo João Figueiredo; e da Justiça no governo Fernando Collor.

Homenagem

O primeiro e até agora único título de professor *honoris causa* concedido pela Unilegis foi para o então presidente do Senado, Ramez Tebet, em 2006, ano no qual morreu o parlamentar mato-grossense-do-sul.

A Unilegis começou a funcionar e teve inaugurada a pedra fundamental de seu novo campus durante a gestão de Ramez Tebet na Presidência do Senado, em 2001.

O título foi criado pela Unilegis para homenagear professores, pesquisadores e outros cidadãos ilustres, de notável saber, que pertençam ou não aos quadros da instituição.

A condecoração é também uma manifestação do reconhecimento do Senado aos relevantes serviços prestados por essas personalidades aos trabalhos desenvolvidos em favor da Unilegis ou da educação brasileira.



Zambiasi defende obrigatoriedade de teste vocacional

Zambiasi explica que sua proposta objetiva reduzir os casos de troca de cursos nas universidades

O teste vocacional poderá ser obrigatório em todas as escolas, públicas ou particulares, do ensino médio com o objetivo de melhor orientar os estudantes em suas escolhas acadêmicas e profissionais. Projeto de lei com esse objetivo foi apresentado pelo senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS).

A proposta (PLS 187/08) assegura às escolas da rede pública a gratuidade da aplicação do teste vocacional.

Na justificção da matéria, o autor afirma que a vocação profissional da maior parte dos estudantes jovens, inclusive os que já concluíram o ensino médio, é marcada por dúvidas. “Essa situação dificulta a busca de ofícios que possam adequar-se às inclinações e potencialidades de cada um”, afirma Zambiasi, para quem tal circunstância “leva um amplo contingente de estudantes a opções equivocadas no prosseguimento de seus estudos”.

O senador cita dados do

Instituto Longhi segundo os quais a troca de curso até o segundo ano da faculdade pode chegar a 70% dos alunos. “Além de tumultuar a vida acadêmica dos estudantes, essa indecisão prejudica o planejamento das instituições de ensino e tira a vaga de outros candidatos, o que é particularmente grave na universidade pública, na qual a disputa pelo acesso aos cursos de graduação é, em geral, acirrada”, destaca.

Zambiasi acredita que a aplicação de testes vocacionais aos alunos do ensino médio pode contribuir significativamente para modificar esse quadro, pois os estudantes ficarão mais capacitados a fazer suas escolhas ao terem informações mais consistentes sobre os diversos cursos e carreiras.

O projeto, que tem como relatora a senadora Ideli Salvatti (PT-SC), tramita na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, onde será votado em decisão terminativa.